



A desconstrução das pedagogias autoritárias e Educação Musical: discutindo metodologias para o ensino coletivo de percussão

COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Beatriz Woeltje Schmidt

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – beatrizwschmidt@gmail.com

Resumo. O artigo tem como objetivo discutir metodologias do ensino musical, pontuando práticas pedagógicas herdadas do *habitus conservatorial*¹ ainda aplicadas na atualidade. A partir de um referencial teórico sobre pedagogias autoritárias, racismo e conservadorismo, observar de que maneira estes conceitos estão sendo constantemente reproduzidos nos processos de ensino da Educação Musical. Em contraponto, será abordado o ensino coletivo de instrumentos, em específico a percussão, que pode abrir possibilidades para uma nova perspectiva sobre os modos de ensino.

Palavras-chave. Educação musical, Pedagogias autoritárias, Ensino coletivo de percussão.

Title. **Music Education and Authoritarian Pedagogies: Discussing Methodologies for Collective Percussion Teaching**

Abstract. The article aims to discuss musical teaching methodologies, talking about pedagogical practices inherited from the “conservatory status” still applied today. From a bibliographical reference about authoritarian pedagogies, racism and conservatism, observe how these concepts are constantly being reproduced in Music Education teaching processes. In contrast, approach the collective teaching of instruments, specifically percussion, which can open up possibilities for a new perspective on the modes of teaching.

Keywords. Music Education, Authoritarian Pedagogies, Collective Percussion Teaching.

1. Introdução

Nos últimos anos, a área da Educação Musical tem se mostrado bastante preocupada com temas emergentes, que embora já sejam discutidos há muitos anos se fazem mais do que necessários no contexto da democracia, sociedade e produção de conhecimento em risco. Um exemplo é o Grupo de Trabalho 04 desse XXXI Congresso da ANPPOM, intitulado “Opções Decoloniais para Repensar os Currículos da Educação Musical Superior em Música no Brasil”, coordenado por Luis Ricardo Silva Queiroz (UFPB) e Marcus Vinícius Medeiros Pereira (UFJF). Além da inclusão de temáticas como decolonialidade²,

¹ Conceito abordado em: PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Licenciatura em música e *habitus conservatorial*: analisando o currículo. *Revista da ABEM*, v. 22, n. 32, p. 90- 103 |, 3 Jul 2014.

² Termo pulsante no movimento latino-americano que tem como objetivo desamarar o pensamento e a produção de conhecimento da hegemonia eurocêntrica.

antirracismo³ e reflexões sobre práticas de ensino mais abrangentes em encontros nacionais e congressos importantes, também se enxerga a produção acadêmica numa crescente em relação a este debate (PEREIRA, 2014; QUEIROZ, 2017; SCHMIDT, MÜLLER, 2020; GONZAGA, BEINEKE, 2020; BATISTA, 2018).

No decorrer do artigo serão discutidas metodologias do ensino musical, pontuando práticas pedagógicas herdadas do *habitus conservatorial* (PEREIRA, 2014) ainda aplicadas na atualidade. Apesar de a Educação Musical mostrar preocupação com alguns conceitos e modos de ensino, é necessário o aporte teórico de outras áreas como Educação, Sociologia e Filosofia para refletir sobre os conceitos: pedagogias autoritárias, etnocentrismo, racismo e conservadorismo. É importante mencionar que a reflexão sobre estes conceitos parte de uma disciplina cursada como aluna especial, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), ministrada pelas professoras doutoras Monica Teixeira do Amaral, Maria da Glória Calado e Marina Pereira de Almeida Mello, que foram fundamentais para o início de um aprofundamento teórico sobre questões tão complexas. A disciplina “A personalidade autoritária, o comportamento anti-democrático e o etnocentrismo: um debate sobre educação nas perspectivas emancipatória, decolonial e antirracista”, já traz em seu título pautas importantes para pesquisas que buscam o comprometimento com a realidade em que estamos inseridos. Além disso, parte dos textos escolhidos para fundamentação teórica deste artigo, foram retirados do conteúdo programático apresentado em aula pelas professoras: Adorno (2019), Carvalho e França (2019), Gomes (2017), Maldonado-Torres (2007), Santos (2018) Schwarcz (2019), Silva (2005), Munanga (2014).

2. O Autoritarismo e as pedagogias autoritárias

O aporte teórico do trabalho traz alguns autores e autoras que discorrem sobre os conceitos-chave que conduzirão a discussão. Quando mencionamos o termo pedagogias autoritárias ou modos de ensino que passam por hierarquias abusivas em seus processos de atuação, é importante definirmos do que se trata uma personalidade autoritária. As tendências autoritárias e fascistas não são estritamente psicológicas, pois o caráter é produto da interação do clima cultural e as respostas culturais a este clima (ADORNO, 2019). O autor menciona algumas características da personalidade autoritária, entre elas: o narcisismo, o ressentido

³ O conceito de antirracismo tem como base a luta anti-racista, na direção “de construir um país que, de fato, apresente e crie condições dignas de vida e oportunidades iguais para toda a sociedade, principalmente para os grupos sociais e étnico-raciais que vivem um histórico comprovado de discriminação e exclusão” (GOMES, 2017, p.59).

superficial e a síndrome autoritária. O narcisismo é um termo utilizado por Freud inspirado no mito de Narciso, que substitui o ego por eu; é o ideal de si, a perfeição. Já o ressentido superficial, diz sobre a pessoa que é motivada por preconceitos, que aceita estereótipos e culpa terceiros pela desigualdade existente. Por último, a síndrome autoritária recorre à estereótipos para atender um superego extremamente rigoroso, demonstrando traços compulsivos e identificando-se explicitamente com pessoas de cargo superior. Essas são algumas ideias concebidas por Theodor W. Adorno em sua obra *Estudos sobre a personalidade autoritária*, um livro que demanda tempo para aprofundamento e melhor compreensão dos conceitos.

Schwarcz (2019) traça um panorama sobre o autoritarismo brasileiro e discorre sobre as marcas deixadas em nosso país por meio de documentos do século XVI e XVII que “(...)mostram a dureza da convivência colonial e de que maneira essa socialização condicionou o país: de um lado a tentativa de aniquilamento, de outro a justificativa do necessário domínio” (SCHWARCZ, 2019, p.207). A autora explica que o período de colonização pode nos ajudar a refletir sobre padrões de comportamento daquela época que, de diferentes e renovadas formas, se apresentam ainda nos dias de hoje. Sempre existiram opressões em nossa história em relação aos povos originários, à diversidade e etnias, mas de forma silenciada. Hoje em dia, conseguimos enxergar com mais nitidez a discriminação, a necropolítica⁴ e o preconceito que desfilam sem ter a preocupação em disfarçar-se de tolerância. Schwarcz (2019) argumenta que, atualmente, o Brasil está pautado por binarismos: o bem e o mal, o corrupto e o cidadão de bem, a família tradicional e a família desestruturada; termos presentes em diálogos de uma personalidade autoritária e que abrem espaço para um cenário de “guerra”. A pedagogia autoritária mencionada no título do artigo, é um termo que relaciona as características da personalidade autoritária com o exercício da prática pedagógica, e que tem o eurocentrismo como forte característica.

3. Dialogando com a Educação musical e suas práticas de ensino

As pedagogias autoritárias estão presentes também no ensino de música. O autoritarismo, o racismo e outros conceitos dessa prática podem passar despercebidos, mas revelam-se nas escolhas dos conteúdos, no currículo e na construção do repertório a ser desenvolvido.

⁴ Conceito discutido por Mbembe (2016). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

Pereira (2014) propõe a reflexão sobre o ensino tradicional de música e faz uma associação das práticas dos conservatórios musicais com os currículos dos cursos de Licenciatura em Música, o que chama de *habitus conservatorial*. O autor observou algumas características do modo de ensino da instituição conservatorial sendo reproduzidas nos currículos do ensino superior: o individualismo no processo de ensino; o poder concentrado nas mãos do professor; a música erudita ocidental como conhecimento oficial e supremacia absoluta; a primazia da performance; o forte caráter seletivo dos estudantes, baseado no dogma do “talento inato”; o desenvolvimento técnico voltado para o domínio instrumental/vocal com vistas ao virtuosismo; a subordinação das matérias teóricas em função da prática (PEREIRA, 2014, p. 93-94).

A trajetória da educação superior em música, segundo Queiroz (2017, p.133), “é fortemente subsidiada por uma história de exclusões e epistemicídios musicais”, que são designados pelo autor como um grupo de assassinatos simbólicos contra diferentes culturas musicais consideradas subalternas. A colonialidade, de acordo com Queiroz (2017), é um conceito fundamental para análise do ensino de música na educação superior brasileira. Um dos autores utilizados por Queiroz (2017) para explicar o conceito de colonialidade, é Maldonado-Torres (2007). O autor define colonialidade trazendo-a como a hegemonia de saberes, comportamentos, conhecimentos, modos de agir e valores de determinadas culturas, que exercem profundo poder de dominação, quando são impostas sobre outras. As marcas da colonialidade, segundo Queiroz (2017), estão presentes desde o período dos jesuítas como processo de formação musical, até os dias atuais através da forte dominação da música erudita ocidental.

As sistematizações do ensino tradicional de música e sua perpetuação dentro do ensino superior estão chegando ao esgotamento. Muitos pesquisadores já perceberam que o caminho da colonialidade e das metodologias conservatoriais precisam ser superadas para que a Educação Musical possa conectar-se com um ensino mais plural e condizente com a realidade brasileira. Para ir contra os modelos estabelecidos como verdade única, Batista (2018) considera a desobediência como um processo pertinente. O autor menciona a importância de criar visibilidade para outras formas de pensar que se diferem da lógica eurocêntrica hegemônica. Desta forma, com urgência e coragem, é possível romper com as estruturas estabelecidas na direção da transformação da colonialidade. Batista (2018) elenca exemplos que uma pedagogia musical com perspectiva decolonial pode oportunizar:

- a) uma multiplicidade de conhecimentos de músicas e suas formas de fazer, para além do conhecimento que é praticado, a partir do cânone europeu; b) processos

criativos que confirmam outras formas de escuta de sonoridades que fujam do esquema pitagórico que regimenta a nossas práticas em modelos ocidentalizados; c) vivenciar práticas musicais que envolvam conhecimentos de transmissão oral, tradicional e cultural; d) produções musicais da contemporaneidade configuradas por fenômenos plurais da cultura brasileira e latino-americana, em especial; e) uma educação musical que tenha seu objetivo centrado no humano, entendendo-o e reconhecendo-o com existente e praticante de si no Mundo (BATISTA, 2018, p. 126).

Com um panorama sobre as artes e a diversidade étnico-cultural, Silva (2005) escreve objetivos para as aulas de música, no livro organizado por Kabengele Munanga *Superando o racismo na escola*, para o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Os objetivos são: “valorizar a identidade do aluno; despertar no aluno a sua sensibilidade criadora; levar os alunos a construírem criativamente o seu próprio material; levar os alunos a conhecerem outros grupos étnicos e culturais; levar os alunos a resgatar o conhecimento das influências africanas na arte brasileira (SILVA, 2005, p. 137). A autora lança um caminho prático com sugestões de conteúdos e atividades que passam pela experimentação dos sons do corpo, da valorização dos saberes trazidos pelas crianças, do reconhecimento da cultura afro-brasileira, do contato com ritmos da cultura popular na inserção de mestre de capoeira, e a valorização da música brasileira com suas diversas ramificações.

A sociedade está constantemente em transformação, seja por meio das novas tecnologias e da inovação, ou pela conscientização das estruturas sociais e da maneira que exercem um papel de discriminação, dominação e poder. Os alunos e alunas mudam com o passar do tempo, as reflexões avançam, e os modos de ensino também precisam seguir na direção da mudança. Isso só será possível com a conscientização e o desejo coletivo de modificar antigos padrões estabelecidos e ordenados por uma pedagogia autoritária enraizada.

4. A compreensão do racismo dentro do contexto escolar

O racismo é uma das particularidades presentes no autoritarismo reproduzido na sociedade brasileira, e conseqüentemente, nas escolas. Munanga (2014) define o conceito de racismo como:

uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Gomes (2017) descreve como é entendida a identidade negra, por meio de uma construção histórica, social, plural e cultural que implica “a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos,

a partir da relação com o outro” (p. 43). De acordo com a autora, a trajetória escolar também faz parte da construção da identidade negra, carregando consigo uma responsabilidade social com a compreensão dentro da sua complexidade, e do respeito para lidar com essa e demais identidades que se constroem no processo educativo.

Assim como os demais termos apresentados nesse artigo, o racismo é uma questão complexa que exige cuidado quando colocado em pauta. A proposta desse trabalho é levantar temáticas importantes a serem discutidas dentro da Educação Musical, com um olhar de aprendiz sobre tais assuntos que aos poucos serão discutidos com profundidade. É um caminho, primeiramente, de tomada de consciência, para que a atuação pedagógica ocorra com mais responsabilidade diante do processo educacional.

Segundo Gomes (2017) o racismo pode manifestar-se de forma individual através de atos discriminatórios, ou de forma institucional por meio de apoio indireto do Estado ou com práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pela instituição. Além disso, o racismo parte do princípio da crença de superioridade de alguns indivíduos sobre outros, e as vezes pelo ódio em relação a outras pessoas “que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc” (GOMES, 2017, p. 52). Este tipo de comportamento pode apresentar-se através da efetivação do preconceito e da discriminação racial. A prática do racismo parte de um lugar velado, onde o mito da democracia racial brasileira ainda se faz presente e que, portanto, é fundamental a exposição e compreensão para que o combate seja mais efetivo, seja com atitudes no convívio social ou com um planejamento educacional antirracista.

Para elaborar estratégias de enfrentamento do racismo na escola, Carvalho e França (2019) fizeram um levantamento nas bases de dados SciELO, PePSIC e periódicos da CAPES, resultando em 20 documentos. A maioria dos documentos encontrados fala sobre a importância da formação docente para uma melhor preparação do combate ao racismo na escola, e também discorre sobre a Lei 10.639/03 como parte dessa estratégia. As autoras concluem que as discussões apresentadas são importantes, mas que os estudos sobre essa temática precisam se expandir para que possam, de fato, contribuir para o enfrentamento do racismo na escola.

As aulas de música carregam potencialidades para desenvolver conteúdos mais inclusivos no ambiente escolar, na direção do combate ao racismo, onde é possível inserir a cultura afro-brasileira diretamente na prática pedagógica, trazendo referências da cultura popular e a identidade negra para dentro da sala de aula.

5. O ensino coletivo de percussão: perspectivas sobre novas metodologias

Repensar novos currículos para o ensino de música, envolve também repensar novas estratégias de ensino e metodologias. Na Educação Musical as pedagogias ativas como Suzuki, Dalcroze, Kodaly, Orff, Willems, e as brasileiras como Villa-Lobos, Koellreutter, Gramani, Sá Pereira; são metodologias já consagradas no ensino musical. Muitas delas foram aplicadas ao ECIM (Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais), no ensino de piano, sopros e cordas. Porém, as metodologias para o ensino musical de maneira geral, assim como para o ensino coletivo de instrumentos, carregam padrões do ensino tutorial (individual), tecnicista, baseado no ensino de música tradicional europeia, que prioriza a “linguagem musical” (leitura e escrita).

No ensino coletivo de percussão, ainda não se pode encontrar uma metodologia estabelecida que compreenda e abrace seus modos de ensino. Isso se dá por diversos motivos, um deles é a complexidade de um vasto instrumental com características específicas de cada instrumento. Outro motivo é o ensino coletivo de percussão revelar particularidades que vão além do domínio técnico: a conexão histórica por trás de cada instrumento, a relação com diversas culturas e questões socioculturais ali amalgamadas no contexto de atuação. Melo (2015) chama isso de *metodologias abrangentes*, nas quais processo de ensino coletivo de percussão não se encaixa com os padrões afirmados pelo ensino tradicional eurocêntrico.

O ensino coletivo de percussão pode ser uma oportunidade para colocar em prática uma educação musical decolonial e antirracista, valorizando a cultura brasileira e trazendo mestres da cultura popular para dentro da sala de aula. O ensino por si só não garante uma pedagogia decolonial, mas pode abrir possibilidades para inserir novos conteúdos que façam repensar os modos de atuação da educação musical. Seguindo nessa direção, Silva (2005) traz o ensino de percussão como instrumentalização de base, que carrega não só o trabalho com pulsação e ritmo, mas também a palavra dos antepassados e a conexão com as manifestações culturais afro-brasileiras. Os instrumentos de percussão e os ritmos brasileiros abrem portas para o aprofundamento de conceitos históricos importantes da sociedade. A capoeira é um destes exemplos, que segundo Santos (2018), expressa resistência contra as discriminações e opressões, por meio do toque ancestral nos instrumentos de percussão e das letras que não deixam esquecer toda violência cometida pelo regime escravocrata.

Um exemplo de práticas coletivas com instrumentos de percussão que podem contribuir para uma reflexão sobre metodologias mais inclusivas e decoloniais, ocorreu em

uma pesquisa realizada por Dias e Loduca (2018) com adolescentes do oitavo ano do Ensino Fundamental. O projeto concebido pelas autoras estava diretamente ligado à Lei 10.639/03, levando em consideração os princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidade e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminação (DIAS; LODUCA, 2018, p. 119). As autoras relatam que “o tambor foi o ponto de intersecção entre o ancestral e o contemporâneo trazendo à tona o sentido de humanidade aos (as) alunos (as), restituído pelo devir negro da cultura de matriz africana” (p. 117). Nessa prática docente, a cultura do hip-hop estava amarrada às culturas ancestrais dos povos Nagô, tornando o aprendizado uma experiência significativa que passou por contextos históricos que ressoavam do toque do tambor.

A partir das reflexões apresentadas no decorrer do artigo, espera-se que o trabalho possa contribuir com demais pesquisas sobre novas metodologias de ensino para a Educação Musical. O ensino coletivo de percussão é um caminho possível para traçar propostas decoloniais para os currículos de música, mas não é o único. Com a exploração dessa temática e novas contribuições, há esperança em superar coletivamente antigos padrões e enxergar novos modos de ensino que perpetuem nos processos pedagógicos da educação básica e do ensino superior.

Referências

- ADORNO, T.W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Ed. UNESP, 2019. (Resumo, cap1. Introdução: item A- O problema; item B -Metodologia-p.29-p.104)
- BATISTA, Leonardo Moraes. Educação Musical, Relações Étnico Raciais e Decoloneidade: tensões, perspectivas e interações para a Educação Básica. *Revista Orfeu*, Programa de Pós-Graduação em Música - CEART - UDESC, v. 3, p. 111-135, 2018.
- CARVALHO, Daniela Melo da; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 148-168, set.-out. 2019.
- DIAS, Cristiane Correia; LODUCA, Maria Teresa. Hiphopnagô: letramentos rítmicos e sonoros. In: AMARAL, Mônica do; REIS, Rute; SANTOS, Elaine Cristina Moraes; DIAS, Cristiane (orgs.). *Culturas ancestrais e contemporâneas na escola: novas estratégias didáticas para a implementação da Lei 10.639/2003*. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2018.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Portal Geledés*. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>
- GONZAGA, Eloisa Costa; BEINEKE, Viviane. Educação musical e Educação das Relações Étnico-raciais: as abordagens de três livros didáticos de Artes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). *Anais do XIX Encontro Regional Sul da ABEM*. novembro, 2020.



MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Org.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MELO, Felipe Brito de. O Ensino coletivo de percussão e suas práticas de ensino/aprendizagem. *Anais do XXII Congresso Nacional da ABEM*. Natal, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Portal Geledés*, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>.

SANTOS, Valdenor S. dos. A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos: reflexões sobre a importância da capoeira como cultura ancestral, arte e esporte no currículo escolar a partir das canções e da linguagem corporal. In: AMARAL, Mônica do; REIS, Rute; SANTOS, Elaine Cristina Moraes; DIAS, Critiane (orgs.). *Culturas ancestrais e contemporâneas na escola: novas estratégias didáticas para a implementação da Lei 10.639/2003*. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2018.

SCHMIDT, Beatriz Woeltje; MÜLLER, Vânia Beatriz. Educação Musical e Desigualdades Sociais: a crítica de Aróstegui ao neoliberalismo. *Anais do XIX Encontro Regional Sul da ABEM*. novembro, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. SP: Cia das Letras, 2019

SILVA, Maria José Lopes da. As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. In: MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o racismo na escola*. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Licenciatura em música e habitus conservatorial: analisando o currículo. *Revista da ABEM*, v. 22, n. 32, p. 90- 103 |, 3 Jul 2014.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Traços de colonialidade na educação superior em música do Brasil: análises a partir de uma trajetória de epistemicídios musicais e exclusões. *Revista da ABEM*, v. 25, n. 39, p. 132–159, 2017.